

# *Alfabetização de Adultos: em Busca de uma Proposta Político-Pedagógica*

**Pesquisadoras:** Neusa Junqueira Armellini (coordenadora), Elisabete de Sousa Otero, Jaqueline Moll Pinto, Maria Beatriz Gomes da Silva, Renita Lourdes AJlgayer, Rute Vivian Angelo Baquero

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Fontes Financiadoras:** Convênios OEA/FACED/UFRGS, INEP/UFRGS e Programa de Alfabetização UFRGS/MEC — SENESU — FNDE

A pesquisa foi desenvolvida por um grupo de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, no período de 1988 e 1991, em duas classes de alfabetização de jovens e adultos, situada na periferia de Porto Alegre, em classes formadas por funcionários da própria universidade, e em classe de funcionários vinculados ao Serviço de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria Municipal de Educação. Caracterizada como uma pesquisa participante, buscou articular pesquisa, ensino e extensão nessa área do conhecimento. As teorias de Jean Piaget e de Paulo Freire e os estudos de Emilia Ferreiro fundamentaram a investigação.

A pesquisa constituiu-se uma tentativa de compreender o processo de alfabetização de adultos numa perspectiva de totalidade, focalizando três dimensões desse processo: condições concretas de vida do aluno analfabeto, representações sociais e hipóteses que formula na aquisição da leitura e da escrita. Tais dimensões, concebidas de forma interdependente, são referidas à estrutura de uma sociedade

excludente, que marginaliza o analfabeto dos bens sociais, dentre eles, o acesso à educação.

O entendimento da exclusão tem de ser referido a uma sociedade capitalista com suas relações de poder, de produção e reprodução das relações sociais, de concentrações de bens e riquezas e de desigualdades sociais. As "marcas" dessa sociedade excludente em que vive o analfabeto influenciam decisivamente o seu processo de alfabetização. As hipóteses que o adulto formula sobre a leitura e a escrita revelam representações sociais intimamente relacionadas às condições concretas de existência, que são determinadas pela estrutura social.

Vários são os fatores que determinam as condições concretas de vida do analfabeto e, conseqüentemente, influenciam o seu processo de aprender a ler e a escrever. Podem-se destacar: a procedência rural; a desqualificação profissional para a zona urbana; baixos salários e renda familiar instável; estrutura familiar patriarcal, com exclusão da mulher ao direito à educação; desempenho de ocupações ou profissões manuais e mecânicas que

pouco exigem de leitura e de escrita; envolvimento familiares, com sobrecarga de papéis, principalmente no caso de mulheres; não-legitimação social para estudar no âmbito familiar e institucional e a experiência pregressa de escolarização mal-sucedida.

A história pessoal, social e escolar de excluído, caracterizada por reiterados fracassos e pela frustração no atendimento às necessidades básicas, desempenha papel importante, gerando impedimentos e limitações e influenciando nos bloqueios e receios que o adulto se impõe ao viver situações de aprendizagem de leitura e de escrita. A vivência da exclusão resultou numa bem elaborada e consolidada crença de estreitos limites pessoais, de pouca possibilidades de superação dessas condições, e que aparece acompanhada por grande emoção e por grande insatisfação com a realidade vivida.

Numa sociedade excludente, as representações sociais geram bloqueios cognitivos e afetivos de tal magnitude que podem impedir o analfabeto de ingressar e permanecer na classe e de avançar em seu

processo de alfabetização. Assim, as representações sociais que o adulto constrói sobre si próprio e sobre a cultura escolar interferem na realização de um processo bem-sucedido de aprendizagem.

O adulto expressa culpa pelo fato de ser analfabeto, que, introjetada ideologicamente, é percebida como responsabilidade individual e geradora de sentimentos de inferioridade, responsáveis por um conjunto de resistências, veladas ou explícitas, ao processo de aprender a ler e a escrever. O conhecimento sobre a leitura e a escrita, que não é acessível ao analfabeto, o leva a ver esta aquisição como algo que não lhe é devido, se auto-excluindo desse direito de cidadania, através do mecanismo de introjeção da exclusão.

Suas representações sociais sobre a escola, o papel do professor e a organização da sala de aula e do ensino estão fortemente marcadas pela concepção empirista de conhecimento que caracteriza a escola tradicional. Nesse sentido, a cópia, a repetição, a transmissão, os exercícios, a punição e o autoritarismo são práticas pedagógicas que

traduzem a expectativa do analfabeto que, quando ausentes, podem provocar desistências e saídas extemporâneas.

As condições concretas de vida e as representações sociais imprimem peculiaridades no processo de alfabetização de adultos. O analfabeto ingressa no processo de alfabetização com um conhecimento prévio sobre o ler e o escrever, resultante de suas experiências sociais, culturais e escolares. Mas este conhecimento, de certa forma "cristalizado", pode obstaculizar o avanço no seu próprio processo de construção de conhecimento sobre a leitura e a escrita. No entanto, à semelhança dos dados apresentados por Ferreiro e outros (*Los adultos analfabetos e sus conceptualizaciones dei sistema de escritura*, México, DF: Departamento de Investigaciones Educativas: Centro de Investigación y Estudios Avanzados de IPN, 1983), os adultos formulam hipóteses em níveis progressivamente mais complexos.

Resultados desse estudo apontam para considerações de dois tipos: no plano de formulação de

políticas públicas de educação de jovens e adultos e, mais especificamente, no plano do próprio processo de alfabetização.

Em relação ao primeiro aspecto cabe destacar, entre outros, a necessidade de reconceptualizar escola de 1º grau, de modo "regularizar" a educação de adultos, garantindo o ingresso, a permanência e a continuidade de estudos à população adulta.

Quanto ao segundo aspecto, fundamental o desenvolvimento de uma prática pedagógica alicerçada na compreensão do processo de alfabetização e de suas dimensões numa perspectiva de totalidade.

A socialização do conhecimento disponível e construído pelo grupo de pesquisa, foi outra direção assumida pela pesquisa. Neste sentido, a socialização tem focalizado o desenvolvimento curricular em cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Faculdade de Educação, através da observação de alunos e das atividades de monitoria nas classes de pesquisa e da introdução de disciplinas relacionadas à área de alfabetização de jovens e adultos. A educação

continuada de profissionais da rede pública e de grupos da comunidade tem sido favorecida com a realização de cursos de extensão, de seminários, palestras, relatos de experiência e assessorias. Destaca-se a promoção do Seminário Estadual de Alfabetização de Jovens e Adultos realizado em 1989. Os resultados da produção de conhecimentos têm sido rediscutidos nos encontros com professores, especialistas, técnicos e alfabetizadores das redes municipal e estadual e das instituições de ensino superior e com profissionais vinculados a sindicatos e a movimentos sociais. Outras formas de socializar o conhecimento, que tem contribuído para o desenvolvimento da área, é a apresentação de trabalhos em eventos científicos e a publicação de artigos e livros, buscando colocar à disposição dos educadores de 1º, 2º e 3º graus resultados das reflexões do grupo de pesquisa. A socialização tem ocorrido, também, mediante o apoio a iniciativas e programas de instituições e grupos da comunidade, além da participação do grupo de pesquisa no Fórum Permanente de Alfabetização e

Analfabetismo, que reúne educadores das Faculdades de Educação do Rio Grande do Sul, no Projeto da Educação Básica de Jovens e Adultos/SEJA/SMED/POA e no Núcleo de Porto Alegre do Projeto LER/RS.

Paralelamente à construção e à socialização do conhecimento, a pesquisa vem contribuindo para o processo de legitimação da área de alfabetização de jovens e adultos na universidade. A vinculação da pesquisa à Pró-Reitoria de Extensão e à Superintendência de Recursos Humanos, além da participação de professores e alunos integrantes da pesquisa, como coordenadores e docentes do curso de Terminalidade Escolar de 1º Grau para funcionários da UFRGS ou como membros da Comissão da FACED, que estuda a viabilidade de uma habilitação de magistério nessa área, ou como docentes de disciplinas sobre a alfabetização, parecem ter garantido maior legitimidade a essa área até pouco tempo considerada como "não nobre" no âmbito da universidade. Além do curso para os funcionários, a pesquisa deu origem ao Programa Sobre Alfabetização

de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da UFRGS.

Segundo tais características, a pesquisa tem se constituído uma

possibilidade de concretização do compromisso social da universidade com a maioria da população brasileira.